

Anexo I da Ordem de Serviço SUBSET nº 05, de 27 de janeiro de 2022
 ESTADO DO ESPÍRITO SANTO - PODER EXECUTIVO
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
 DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO DE 2021 A DEZEMBRO DE 2021

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

Em R\$

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS						
	(Últimos 12 meses)						
	LÍQUIDAS						
	2021						
	janeiro	fevereiro	março	abril	maio	junho	julho
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	517.158.411,13	530.031.852,24	530.064.121,71	532.682.299,31	535.171.248,27	545.789.480,31	582.580.742,98
Pessoal Ativo	281.930.508,00	286.076.020,19	283.161.691,41	282.241.375,38	287.440.508,50	293.955.314,34	323.777.446,70
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	255.407.486,81	255.131.498,47	256.810.612,88	252.557.997,80	255.305.421,29	265.415.959,15	292.603.604,82
Obrigações Patronais	26.523.021,19	30.944.521,72	26.351.078,53	29.683.377,58	32.135.087,21	28.539.355,19	31.173.841,88
Pessoal Inativo e Pensionistas	230.979.349,13	230.612.025,85	231.591.720,47	231.307.968,65	232.100.678,36	232.609.798,20	239.238.217,97
Aposentadorias, Reservas e Reformas	196.480.311,80	196.559.269,27	197.249.394,91	197.001.775,63	196.864.524,89	197.945.335,47	202.977.914,37
Pensões	34.499.037,33	34.052.756,58	34.342.325,56	34.306.193,02	35.236.153,47	34.664.462,73	36.260.303,60
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	4.248.554,00	13.343.806,20	15.310.709,83	19.132.955,28	15.630.061,41	19.224.367,77	19.565.078,31
Forma Indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)	-	-	-	-	-	-	-
Despesa com Pessoal não executada orçamentariamente	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	193.301.996,80	186.227.464,88	202.960.436,35	172.788.554,18	-530.397.774,51	41.191.229,32	64.934.157,08
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	200.939,31	243.848,20	491.073,47	542.634,85	486.980,48	2.172.487,99	899.888,46
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	17.268,44	23.673,31	495.317,93	338.275,21	1.676.731,26	9.870.288,03	28.529.600,26
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	27.516.799,61	15.973.492,86	2.846.147,48	2.001.023,07	3.509.644,76	2.473.348,49	9.645.214,39
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	165.566.989,44	169.986.450,51	199.127.897,47	169.906.621,05	-536.071.131,01	26.675.104,81	25.859.453,97
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	323.856.414,33	343.804.387,36	327.103.685,36	359.893.745,13	1.065.569.022,78	504.598.250,99	517.646.585,90

DESPESA COM PESSOAL	LÍQUIDAS					Total (Últimos 12 meses) (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
	2021						
	agosto	setembro	outubro	novembro	dezembro		
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	554.999.206,32	563.326.923,03	598.601.460,78	727.048.361,27	903.791.929,23	7.121.246.036,58	15.009.256,09
Pessoal Ativo	301.976.595,82	305.904.689,08	341.619.188,23	435.036.550,25	605.966.704,06	4.029.086.591,96	11.056.653,04
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	269.931.043,66	274.111.008,88	305.283.890,20	379.839.287,65	530.248.983,53	3.592.646.795,14	10.512.642,30
Obrigações Patronais	32.045.552,16	31.793.680,20	36.335.298,03	55.197.262,60	75.717.720,53	436.439.796,82	544.010,74
Pessoal Inativo e Pensionistas	236.063.188,53	237.168.448,89	236.246.924,41	272.328.865,13	272.163.409,35	2.882.410.594,94	0,00
Aposentadorias, Reservas e Reformas	200.669.222,85	201.636.184,67	201.086.853,56	235.984.212,91	230.640.399,57	2.455.095.399,90	0,00
Pensões	35.393.965,68	35.532.264,22	35.160.070,85	36.344.652,22	41.523.009,78	427.315.195,04	0,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização ou contratação de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)	16.959.421,97	20.253.785,06	20.735.348,14	19.682.945,89	25.661.815,82	209.748.849,68	3.952.603,05
Despesa com Pessoal não executada orçamentariamente	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	33.630.352,71	33.165.505,22	94.864.386,47	30.124.570,36	68.876.977,92	591.667.856,78	8.290.364,33
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	460.486,08	2.158.196,19	567.509,70	396.252,68	356.496,90	8.976.794,31	16.457,58
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	503.004,44	1.040.297,84	645.000,24	388.937,54	26.906.751,81	70.435.146,31	8.890.251,51
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	6.190.951,49	3.450.394,80	1.967.722,73	1.955.588,49	3.723.512,30	81.253.840,47	13.655,24
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	26.475.910,70	26.516.616,39	91.684.153,80	27.383.791,65	37.890.216,91	431.002.075,69	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	521.368.853,61	530.161.417,81	503.737.074,31	696.923.790,91	834.914.951,31	6.529.578.179,80	6.088.891,76

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	18.821.227.339,89	-
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A §1º, da CF) (V)	24.989.986,00	-
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166 §16, da CF) (VI)	23.550.693,00	-
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DO LIMITE DOS LIMITES DA DESPESA DE PESSOAL (VII) = (IV-V-VI)	18.772.686.660,89	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VII) = (III + III b)	6.535.667.071,56	34,81
LIMITE MÁXIMO (VIII) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	9.198.616.463,84	49,00
LIMITE PRUDENCIAL (IX)=(0,95 x VIII) (parágrafo único, art. 22 da LRF)	8.738.685.640,64	46,55
LIMITE DE ALERTA (X)=(0,90 x VIII) (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)	8.278.754.817,45	44,10

Fonte: SIGEFES - SEFA Z/SUBSET/GECOG/SUFIC

Notas Explicativas:

- Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:
 - Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
 - Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em restos a pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.
- O demonstrativo inclui as despesas da Defensoria Pública do Estado, órgão autônomo para o qual não foi ainda estabelecido em lei Limite de Despesa com Pessoal.
- As Naturezas de Despesa 319091 (Sentenças Judiciais) e 319092 (Despesa de Exercícios Anteriores), fonte de recursos 70, do Fundo Financeiro e do Fundo Previdenciário do RPPS (Regime Próprio de Previdência Social), são classificadas como Despesas não Computadas na linha "Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados".
- Com base nos arts. 18, 19 e 20 da LC nº 101/00 (LRF), em orientação emanada da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e no Parecer da Procuradoria Geral do Estado (PGE) constante no processo nº 64634051, as linhas "Pessoal Inativo e Pensionistas" e "Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados" foram compostas da seguinte forma:

Composição - Pessoal Inativo e Pensionistas	Liquidado - últimos 12 meses (Em R\$)
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados ao RPPS (vide Tabela abaixo)	431.002.075,69
+ Inativos e Pensionistas - Fundo de Proteção Social dos Militares (FPS)	154.880.869,60
+ Inativos e Pensionistas Custeados com outros recursos (Poder Executivo)	2.296.527.649,65
Total	2.882.410.594,94

Composição - Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	Liquidado - últimos 12 meses (Em R\$)
Despesa Liquidada - fonte de recurso 70 nas Unidades Gestoras - 600210 (Fundo Financeiro) e 600211 (Fundo Previdenciário)	453.112.360,35
(-) Benefícios Previdenciários pertinentes aos demais Poderes - fonte de recurso 70	176.991.154,26
+ Despesa Liquidada - fonte de recurso 76 na Unidade Gestora - 600212 (Fundo de Proteção Social dos Militares)	154.880.869,60
Despesa Vinculada a Contribuições de Segurados e Patronal - RPPS (Poder Executivo)	431.002.075,69

5- Em conformidade com o Manual de Demonstrativos Fiscais - 11ª edição, foram excluídas do demonstrativo as ações relativas aos benefícios previdenciários dos inativos e pensionistas vinculados aos demais poderes do Estado do Espírito Santo, de forma a evidenciar, neste demonstrativo, somente as despesas com inativos e pensionistas vinculados ao Poder Executivo. O montante excluído, segregado por fundo, é demonstrado a seguir:

Ação Orçamentária	Liquidado - últimos 12 meses (Em R\$)
Benefícios Previdenciários dos demais Poderes - Fundo Financeiro (UG 600210)	486.777.754,61
Ação 0009 - Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo	48.476.257,33
Ação 0019 - Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo	46.010.977,69
Ação 0059 - Ministério Público do Estado do Espírito Santo	71.015.484,84
Ação 0126 - Benefícios Previdenciários do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo	312.288.421,21
Ação 0127 - Benefícios Previdenciários dos Cartórios não Oficializados do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo	8.986.613,54
Benefícios Previdenciários dos demais Poderes - Fundo Previdenciário (UG 600211)	2.688.504,00
Ação 0009 - Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo	175.254,86
Ação 0019 - Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo	952.647,19
Ação 0059 - Ministério Público do Estado do Espírito Santo	59.246,33
Ação 0126 - Benefícios Previdenciários do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo	1.501.355,62
Total	489.466.258,61

6 - Os valores constante na linha "(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais" constante na linha e "(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada" foram obtidos mediante o demonstrativo disponível no site eletrônico da Secretaria do Tesouro Nacional (>https://www.gov.br/tesouronacional/pt-br/estados-e-municipios/transferencias-a-estados-e-municipios/transferencias-)

7 - A linha "Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)" é composta da seguinte forma :

Natureza da despesa/item patrimonial	Liquidado - últimos 12 meses	Inscritas em Retos a Pagar não Processados
339034/2878 - SUBSTITUIÇÃO DE MÃO-DE-OBRA (§ 1º DO ART. 18 DA LC Nº 101/00) - SERV MÉDICOS	14.198.857,91	135.124,21
339034/4715 - SUBSTITUIÇÃO DE MÃO-DE-OBRA (§ 1º DO ART. 18 DA LC Nº 101/00) - SERV EDUCACIONAIS	21.729.889,05	-
339034/4716 - SUBSTITUIÇÃO DE MÃO-DE-OBRA (§ 1º DO ART. 18 DA LC Nº 101/00) - SERV HOSPITALARES	4.051.652,53	134.480,65
339034/4761 - SUBSTITUIÇÃO DE MÃO-DE-OBRA (§ 1º DO ART. 18 DA LC Nº 101/00) - SERV MÉDICOS - CIRURGIA VASCULAR	7.710.697,49	77.460,85
339034/4762 - SUBSTITUIÇÃO DE MÃO-DE-OBRA (§ 1º DO ART. 18 DA LC Nº 101/00) - SERV MÉDICOS - MEDICINA INTENSIVA	41.249.618,85	500.630,57
339034/4763 - SUBSTITUIÇÃO DE MÃO-DE-OBRA (§ 1º DO ART. 18 DA LC Nº 101/00) - SERV MÉDICOS - ORTOP. E TRAUMATOLO	25.329.847,27	433.664,74
339034/4764 - SUBSTITUIÇÃO DE MÃO-DE-OBRA (§ 1º DO ART. 18 DA LC Nº 101/00) - SERV MÉDICOS - CIRURGIA GERAL	24.356.444,95	0,92
339034/4765 - SUBSTITUIÇÃO DE MÃO-DE-OBRA (§ 1º DO ART. 18 DA LC Nº 101/00) - SERV MÉDICOS - ANESTESIOLOGIA	29.718.171,77	757.376,03
339034/4775 - SUBSTITUIÇÃO DE MÃO-DE-OBRA (§ 1º DO ART. 18 DA LC Nº 101/00) - SERV MÉDICOS - CIRURGIA PEDIÁTRICA	593.023,25	-
339034/4776 - SUBSTITUIÇÃO DE MÃO-DE-OBRA (§ 1º DO ART. 18 DA LC Nº 101/00) - SERV MÉDICOS - CIRURGIA PLÁSTICA	1.809.824,23	206.315,23
339034/4777 - SUBSTITUIÇÃO DE MÃO-DE-OBRA (§ 1º DO ART. 18 DA LC Nº 101/00) - SERV MÉDICOS - NEUROCIRURGIA	12.376.825,78	403.399,74
339034/4778 - SUBSTITUIÇÃO DE MÃO-DE-OBRA (§ 1º DO ART. 18 DA LC Nº 101/00) - SERV MÉDICOS - ONCO HEMATOLOGIA	3.046.487,71	272.427,64
339034/4781 - SUBSTITUIÇÃO DE MÃO-DE-OBRA (§ 1º DO ART. 18 DA LC Nº 101/00) - SERV MÉDICOS PERÍCIAS	207.102,00	52.844,00
339034/4820 - SUBSTITUIÇÃO DE MÃO-DE-OBRA (§ 1º DO ART. 18 DA LC Nº 101/00) - SERV MÉDICOS - PEDIATRAS	13.666.163,77	978.878,47
339034/5153 - SUBSTITUIÇÃO DE MÃO-DE-OBRA (§ 1º DO ART. 18 DA LC Nº 101/00) - SERV EDUCACIONAIS - INDENIZAÇÕES	93.656,60	-
339092/2878 - CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS SOBRE SERVIÇOS DE SUBSTITUIÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	38.233,23	-
339091/4872 - OPV - ADVOGADOS DATIVOS	5.824.703,86	-
339092/4715 - SUBSTITUIÇÃO DE MÃO-DE-OBRA (§ 1º DO ART. 18 DA LC Nº 101/00) - SERV EDUCACIONAIS	28.573,20	-
339092/4762 - SUBSTITUIÇÃO DE MÃO-DE-OBRA (§ 1º DO ART. 18 DA LC Nº 101/00) - SERV MÉDICOS - MEDICINA INTENSIVA	2.000,00	-
339092/4763 - SUBSTITUIÇÃO DE MÃO-DE-OBRA (§ 1º DO ART. 18 DA LC Nº 101/00) - SERV MÉDICOS - ORTOP. E TRAUMATOLO	48.751,46	-
339092/4777 - SUBSTITUIÇÃO DE MÃO-DE-OBRA (§ 1º DO ART. 18 DA LC Nº 101/00) - SERV MÉDICOS - NEUROCIRURGIA	25.237,20	-
339092/4872 - OPV - ADVOGADOS DATIVOS	3.643.087,57	-
Total	209.748.849,68	3.952.603,05

8 - Conforme MDF 11ª edição, foram excluídas do demonstrativo as linhas "Benefícios Previdenciários" e "Outros Benefícios Previdenciários", os valores constantes nessas linhas no demonstrativo publicado em 2020, passaram a compor a linha "Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis".

9 - O valor da linha "Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados" no mês de maio apresenta valor negativo devido ao acerto na contabilização na fonte de recursos 0101. A pós o crédito suplementar na fonte 0101 os valores recebidos de janeiro a abril como aporte foram contabilizados na fonte 0101 e estornados da fonte 0270.

10 - Os valores da linha "Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados" diferem do demonstrativo do 2º quadrimestre em virtude de alteração da metodologia de apuração. No 3º quadrimestre, a metodologia está apresentada na nota 4.

JOSÉ RENATO CASA GRANDE
Governador do Estado

MARCELO ALTOÉ
Secretário de Estado da Fazenda

BRUNO PIRES DIAS
Subsecretário do Tesouro Estadual

EDMAR MOREIRA CAMATA
Secretário de Estado de Controle e Transparência

ALAN JOHANSON
Contador Geral do Estado/SEFAZ
CRC ES nº 011212/O-0

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2021

RGF - ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

Em R\$

DÍVIDA CONSOLIDADA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2021		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	7.407.327.832,82	7.331.665.807,16	7.227.405.965,84	7.383.900.046,12
Dívida Mobiliária	-	-	-	-
Dívida Contratual	7.254.508.358,43	7.187.870.419,90	7.095.614.990,59	7.177.436.346,48
Empréstimos	4.689.000.453,28	4.670.112.800,44	4.620.239.515,88	4.732.358.834,79
Internos	3.258.134.735,68	3.193.242.750,41	3.225.076.122,34	3.201.090.783,77
Externos	1.430.865.717,60	1.476.870.050,03	1.395.163.393,54	1.531.268.051,02
Reestruturação da Dívida de Estados e Municípios	2.243.259.458,15	2.204.959.590,14	2.172.038.430,90	2.149.392.845,02
Financiamentos	-	-	-	-
Internos	-	-	-	-
Externos	-	-	-	-
Parcelamento e Renegociação de dívidas	322.248.447,00	312.798.029,32	303.337.043,81	295.684.666,67
De Tributos	-	-	-	-
De Contribuições Previdenciárias	-	-	-	-
PIS/PASEP	322.248.447,00	312.798.029,32	303.337.043,81	295.684.666,67
De Demais Contribuições Sociais	-	-	-	-
Do FGTS	-	-	-	-
Com Instituição Não financeira	-	-	-	-
Demais Dívidas Contratuais	-	-	-	-
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (inclusive) - Vencidos e não pagos	152.819.474,39	143.795.387,26	131.790.975,25	206.463.699,64
Outras Dívidas	-	-	-	-
DEDUÇÕES (II)	5.991.979.096,58	6.655.847.002,10	7.667.337.452,25	7.537.294.333,02
Disponibilidade de Caixa	5.922.102.596,53	6.514.528.327,19	7.548.447.499,33	7.380.319.479,03
Disponibilidade de Caixa Bruta	6.205.184.961,47	6.629.549.788,45	7.644.858.647,72	7.873.828.901,06
(-) Restos a Pagar Processados	283.082.364,94	115.021.461,26	96.411.148,39	493.509.422,03
Demais Haveres Financeiros	69.876.500,05	141.318.674,91	118.889.952,92	156.974.853,99
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	1.415.348.736,24	675.818.805,06	439.931.486,41	153.394.286,90
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	15.640.877.344,22	16.333.308.352,51	17.531.189.136,76	18.821.227.339,89
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF)	14.228.126,00	7.316.488,00	21.006.474,00	24.989.986,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VI) = (IV - V)	15.626.649.218,22	16.325.991.864,51	17.510.182.662,76	18.796.237.353,89
% da DC sobre a RCL AJUSTADA (I/VI)	47,40%	44,91%	41,28%	39,28%
% da DCL sobre a RCL AJUSTADA (III/VI)	9,06	4,14	2,51	0,82
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 200%	31.253.298.436,44	32.651.983.729,02	35.020.365.325,52	37.592.474.707,78
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 180%	28.127.968.592,80	29.386.785.356,12	31.518.328.792,97	33.833.227.237,00
OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2021		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	-	-	-	-
PRECATÓRIOS POSTERIORES A 05/05/2000 (Não incluídos na DC) ¹	219.735.385,98	220.607.677,84	132.427.317,62	110.720.003,34
PASSIVO ATUARIAL	2.528.367.968,62	2.528.367.968,63	2.528.367.968,63	5.455.301.191,42
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	-	-	-	-
DEPÓSITOS E CONSIGNAÇÕES SEM CONTRAPARTIDA	552.179.956,25	544.886.688,81	523.783.997,09	516.402.614,33
RP NÃO-PROCESSADOS	832.062.671,19	382.898.335,70	230.845.213,67	1.072.044.066,71
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	-	-	-	-
DÍVIDA CONTRATUAL DE PPP	-	-	-	-
APROPRIAÇÃO DE DEPÓSITOS JUDICIAIS - LC 151/2015	168.643.779,86	164.805.644,44	166.014.388,20	166.535.718,53

Fonte: SIGEFES - SEFAZ/SUBSET/GECCO/SUFIC

NOTAS EXPLICATIVAS:

- O relatório foi elaborado considerando os Poderes Executivo, Legislativo, Judiciário e o Ministério Público e não contemplando o Fundos do Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos - RPPS exceto no tocante ao montante de R\$ 2.576.694.737,07 demonstrado na linha "Passivo Atuarial".
- Em observância ao disposto no Manual de Demonstrativos Fiscais - MDF 11ª edição, na linha "Dívida Consolidada (I)" não estão sendo consideradas as provisões que representem o reconhecimento de obrigações cujo valor ainda não esteja definitivamente determinado.
- Na Disponibilidade de Caixa Bruta, não estão sendo considerados os valores referente às cauções e a outros valores passíveis de restituição.
- Na linha "Disponibilidade de Caixa Bruta", está sendo descontado os valores registrados nas contas contábeis (exceto UG's 600210 - Fundo Financeiro e 600211 - Fundo Previdenciário) 899120200 - "Retenções Realizadas a Recolher" e 899120400 - "PDS de Retenções a Pagar", por conta do ajuste de metodologia do cálculo pelas contas orçamentárias.
- Nos valores que compõem a Dívida Consolidada não está sendo considerado o montante de R\$ 5.960,76 registrado como atributo de superávit financeiro = "P" nas contas contábeis "214131101 - PIS/PASEP do Exercício" (R\$ 5.008,35) e "218910506 - Juros, Multas e Correções Monetárias sobre Obrigações Tributárias e Contributivas a Recolher" (R\$ 952,41) pela UG 410201 - IEMA, em virtude de tais valores não se referirem à Dívida Consolidada.
- Na linha "Depósitos e Consignações Sem Contrapartida" do quadro "Outros Valores Não Integrantes da DC", em observância ao Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF) - 11ª edição, estão sendo computados os valores pertinentes aos depósitos pertencentes a terceiros e das consignações recolhidas os quais não apresentam a contrapartida dos recursos financeiros em caixa.
- Na linha "Depósitos" do quadro "Outros Valores Não Integrantes da DC", não estão sendo computadas as contas contábeis: 218813001 - Depósitos Pendentes de Classificação; 218813002 - Depósitos Pendentes de Identificação - Detalhado por Fonte; 218815000 - Parcelamento de Dívida Ativa; 218915001 - Resultantes da Alienação de Bens Móveis; 218915002 - Resultantes da Alienação de Bens Imóveis; 218916001 - Saldo de Caixa a Recolher para a CTU e 218919902 - Simples Nacional a Recolher, em virtude das aludidas contas contábeis não representarem valores pertencentes a terceiros.
- Em linha com o mapeamento feito pela Secretaria do Tesouro Nacional, para fins de dívida consolidada líquida, na disponibilidade de caixa bruta está sendo considerado o valor da UG 600212 - Fundo de Proteção Social dos Militares.
- A linha de Demais Haveres Financeiros sofreu um ajuste em todos os quadrimestres em virtude da exclusão do valor de R\$ 28.473,32 referente a conta contábil 121310102 - ações na UG 600201.

JOSÉ RENATO CASAGRANDE

Governador do Estado

MARCELO ALTOÉ

Secretário de Estado da Fazenda

BRUNO PIRES DIAS

Subsecretário do Tesouro Estadual

EDMAR MOREIRA CA MATA

Secretário de Estado de Controle e Transparência

ALAN JOHANSON

Contador Geral do Estado/SEFAZ

CRC ES nº 011212/O-0

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2021

RGF - ANEXO 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)

Em R\$

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDOS DO EXERCÍCIO DE 2021		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
AOS ESTADOS (I)	-	-	-	-
Em Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Em Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
AOS MUNICÍPIOS (II)	-	-	-	-
Em Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Em Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
ÀS ENTIDADES CONTROLADAS (III)	52.635.762,25	51.900.171,30	51.209.553,56	193.108.473,91
Em Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Em Operações de Crédito Internas	52.635.762,25	51.900.171,30	51.209.553,56	193.108.473,91
POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (IV)	-	-	-	-
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (V) = (I + II + III + IV)	52.635.762,25	51.900.171,30	51.209.553,56	193.108.473,91
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (VI)	15.640.877.344,22	16.333.308.352,51	17.531.189.136,76	18.821.227.339,89
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas	14.228.126,00	7.316.488,00	21.006.474,00	24.989.986,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS	15.626.649.218,22	16.325.991.864,51	17.510.182.662,76	18.796.237.353,89
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL AJUSTADA (V/VII)	0,34%	0,32%	0,29%	1,03%
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 22%	3.437.862.828,01	3.591.718.210,19	3.852.240.185,81	4.135.172.217,86
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 19,80%	3.094.076.545,21	3.232.546.389,17	3.467.016.167,23	3.721.654.996,07

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDOS DO EXERCÍCIO DE 2021		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DOS ESTADOS (IX)	-	-	-	-
Em Garantia às operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Em Garantia às operações de Crédito Internas	-	-	-	-
DOS MUNICÍPIOS (X)	-	-	-	-
Em Garantia às operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Em Garantia às operações de Crédito Internas	-	-	-	-
DAS ENTIDADES CONTROLADAS (XI)	52.635.762,25	51.900.171,30	51.209.553,56	193.108.473,91
Em Garantia às operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Em Garantia às operações de Crédito Internas	52.635.762,25	51.900.171,30	51.209.553,56	193.108.473,91
EM GARANTIAS POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (XII)	-	-	-	-
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS (XIII) = (IX + X + XI + XII)	52.635.762,25	51.900.171,30	51.209.553,56	193.108.473,91

MEDIDAS CORRETIVAS:

Fonte: SIGEFES - SEFAZ/SUBSET/GECOG/SUFIC

NOTAS EXPLICATIVAS:

- Em garantias concedidas, o valor de R\$ 142.665.350,00 refere-se a favor da União, contrato 28/2021/COF - 11/2021, destinados ao financiamento do programa de investimentos em segurança pública.
- Em garantias concedidas, o valor de R\$ 50.443.123,91 refere-se a favor da CEF, operação de crédito 0346.616-59/2014, destinados ao saneamento.
- Os valores de R\$ 27.045,00 (Fianças) e R\$ 989.688,07 (Cauções) registrados contabilmente, não foram informados em garantias concedidas, neste demonstrativo, por não referir-se a operações de crédito.
- O valor da Contragarantias Recebidas refere-se a contragarantia da CESAN-ES à garantia concedida na operação de crédito 0346.616-59-CEF.
- Os valores a seguir, classificados contabilmente como "Contragarantia Recebida", não foram informados neste demonstrativo, por não referir-se a Operações de Crédito e sim a garantias contratuais prestadas por terceiros aos Órgãos do Estado:

Conta Contábil	Posição - Dezembro	Posição - Dezembro 2021
711110101 - AVAIS	307.138,87	306.239,37
711110102 - FIANÇAS	12.499.291,14	14.419.915,80
711110105 - SEGUROS-GARANTIA	181.905.568,62	280.451.635,46
711110109 - CAUÇÕES RECEBIDAS EM DINHEIRO	8.372.428,02	10.249.393,01
711110110 - OUTRAS CAUÇÕES RECEBIDAS	3.149.735,03	3.151.282,76
711110127 - SEGUROS-GARANTIA - A DETALHAR POR CONTRATO	505.136,73	505.136,73
711110131 - CAUÇÕES - A DETALHAR POR CONTRATO	2.174.895,84	2.170.172,55

JOSÉ RENATO CASA GRANDE
Governador do Estado

MARCELO ALTOÉ
Secretário de Estado da Fazenda

BRUNO PIRES DIAS
Subsecretário do Tesouro Estadual

EDMAR MOREIRA CAMATA
Secretário de Estado de Controle e Transparência

ALAN JOHANSON
Contador Geral do Estado/SEFAZ
CRC ES nº 011212/O-0

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2021

RGF - ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")

Em R\$

<u>OPERAÇÕES DE CRÉDITO</u>	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de Referência	Até o Quadrimestre de Referência (a)
Mobiliária	-	-
Interna	-	-
Externa	-	-
Contratual	94.665.645,54	235.240.780,98
Interna	42.863.498,75	140.068.696,41
Empréstimos	42.863.498,75	140.068.696,41
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	-	-
Antecipação de Receita pela Venda a Termo de Bens e Serviços	-	-
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	-	-
Operações de crédito não sujeitas ao limite para fins de contratação (I)	-	-
Externa	51.802.146,79	95.172.084,57
Empréstimos	51.802.146,79	95.172.084,57
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	-	-
Antecipação de Receita pela Venda a Termo de Bens e Serviços	-	-
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	-	-
Operações de crédito não sujeitas ao limite para fins de contratação (II)	-	-
TOTAL (III)	94.665.645,54	235.240.780,98
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	18.821.227.339,89	-
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (§ 1º, art. 166-A da CF) (V)	24.989.986,00	-
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VII) = (IV - V - VI)	18.796.237.353,89	-
OPERAÇÕES VEDADAS (VIII)	-	-
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (IX) = (IIIa + VII - Ia - IIa)	235.240.780,98	1,25%
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS - 16,00%	3.007.397.976,62	16,00%
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 14,40%	2.706.658.178,96	14,40%
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	-	0,00%
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA - 7,00%	1.315.736.614,77	7,00%
OUTRAS OPERAÇÕES QUE INTEGRAM A DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR REALIZADO	Até o Quadrimestre de Referência (a)
Parcelamentos de Dívidas	-	-
Tributos	-	-
Contribuições Previdenciárias	-	-
FGTS	-	-
Operações de Reestruturação e Recomposição do Principal de Dívidas	-	-

Fonte: SIGEFES - SEFAZ/SUBSET/GECOG/SUFIC

NOTA EXPLICATIVA:

JOSÉ RENATO CASAGRANDE
Governador do Estado

MARCELO ALTOÉ
Secretário de Estado da Fazenda

BRUNO PIRES DIAS
Subsecretário do Tesouro Estadual

EDMAR MOREIRA CAMATA
Secretário de Estado de Controle e Transparência

ALAN JOHANSON
Contador Geral do Estado/SEFAZ
CRC ES nº 011212/O-0

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO - PODER EXECUTIVO

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO DE 2021

RGF - ANEXO V (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

Em R\$

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA VERIFICADA NO CONSÓRCIO PÚBLICO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras					
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício							
(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f)	(g) = (a - (b + c + d + e) - f)	(h)		(i) = (g - h)	
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (I)	2.681.773.240,40	35.078.992,84	31.050.699,23	7.182.145,04	61.091.028,57	-	2.547.370.374,72	294.603.206,71	-	2.252.767.168,01
Recursos Ordinários	2.539.150.831,83	34.845.139,80	28.978.993,40	7.155.596,60	60.478.816,72	-	2.407.692.285,31	281.235.896,71	-	2.126.456.388,60
Outros Recursos não Vinculados	142.622.408,57	233.853,04	2.071.705,83	26.548,44	612.211,85	-	139.678.089,41	13.367.310,00	-	126.310.779,41
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (II)	4.881.547.270,81	31.518.982,98	393.098.359,96	11.243.993,36	223.109.650,01	-	4.222.576.284,50	695.465.381,27	-	3.527.110.903,23
Receitas de Impostos e de Transferências de Impostos - Educação	257.413.047,98	1.036.303,87	222.195.267,27	0,00	554.449,60	-	33.627.027,24	28.014.334,63	-	5.612.692,61
Transferências do FUNDEB	100.360.834,93	1.028.827,32	50.611.711,40	0,00	11.187.305,89	-	37.532.990,32	0,00	-	37.532.990,32
Outros Recursos Vinculados à Educação	225.427.405,59	503.357,76	174.806,53	13.473,03	17.932,43	-	224.717.835,84	4.255.383,99	-	220.462.451,85
Receitas de Impostos e de Transferências de Impostos - Saúde	172.115.286,56	16.656.005,68	42.727.964,57	10.090.894,93	5.544.688,71	-	97.095.732,67	37.399.245,86	-	59.696.486,81
Outros Recursos Vinculados à Saúde	364.761.302,78	6.153.754,51	41.188.940,30	598.547,30	972.869,06	-	315.847.191,61	68.321.395,11	-	247.525.796,50
Recursos Vinculados à Assistência Social	41.974.162,35	248.373,28	67.866,21	0,00	5.605,61	-	41.652.317,25	84.468,65	-	41.567.848,60
Recursos Vinculados ao RPPS - Plano Previdenciário	1,00	0,00	0,00	0,00	103,04	-	(102,04)	0,00	-	(102,04)
Recursos Vinculados ao RPPS - Plano Financeiro	0,00	0,00	65.333,19	0,00	3.446,04	-	(68.779,23)	0,00	-	(68.779,23)
Recursos De Operações de Crédito (exceto destinados à Educação e Saúde)	231.401.565,90	1.502.570,45	9.627.594,02	34.854,09	242.117,24	-	219.994.430,10	23.150.741,70	-	196.843.688,40
Recursos de Alienação de Bens Ativos	22.934.592,73	0,00	0,00	0,00	21,98	-	22.934.570,75	1.035.839,85	-	21.898.730,90
Outros Recursos Vinculados	3.465.159.070,99	4.389.790,11	26.438.876,47	506.224,01	204.581.110,41	-	3.229.243.069,99	533.203.971,48	-	2.696.039.098,51
TOTAL (III) = (I + II)	7.563.320.511,21	66.597.975,82	424.149.059,19	18.426.138,40	284.200.678,58	-	6.769.946.659,22	990.068.587,98	-	5.779.878.071,24

Fonte: SIGEFES - SEFAZ/SUBSET/GECCO/SUFIC

NOTAS EXPLICATIVAS:

- 1 - Na coluna "Disponibilidade de Caixa Bruta" estão sendo computadas apenas as contas integrantes do grupo "111000000 - Caixa e Equivalentes de Caixa" e a conta contábil "113829902 - Valores a Receber DREM".
- 2 - Nas linhas "Recursos destinados ao RPPS - Plano Previdenciário" e "Recursos destinados ao RPPS - Plano Financeiro" não estão sendo contempladas as disponibilidades e obrigações financeiras contabilizadas no Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Espírito Santo (IPAJM), os quais estão sendo computados na linha "Outras Destinações Vinculadas de Recursos".
- 3 - Na linha "Recursos Ordinários" estão considerados somente os seguintes detalhamentos: "000000 - Recursos Ordinários/ Superávit Financeiro"; "000006 - Excesso de Arrecadação"; "000008 - Ressarcimento de Operações de Crédito BNDES"; "000017 - Superávit Financeiro - LC 833/2016"; "000018 - FUNDO DE PROTEÇÃO SOCIAL"; "000019 - PROGRAMA PROINVESTE" da fonte de recursos "01 - Recursos Ordinários".
- 4 - Na linha "Recursos de Alienação de Bens Ativos" estão sendo considerados os recursos pertinentes ao caixa do tesouro e aos fundos públicos.
- 5 - Os valores a receber a título da DREM (Desvinculação de Receitas de Estados e Municípios) registrados na conta contábil "113829902 - Valores a Receber DREM", no total de R\$ 4.947.414,99 estão sendo considerados como disponibilidade de caixa bruta e, por consequência, como disponibilidade de caixa líquida na linha "Recursos Ordinários". Em contrapartida, tais valores, devidos pelas autarquias e fundos públicos, em 31/12/2021 (Operação Intra OFSS), conforme registrado na conta contábil "218929001 - Valores a Recolher ao Tesouro Estadual - DREM", estão abatidos da disponibilidade de caixa líquida dos "Outros Recursos Não Vinculados" (R\$ 1.571.702,19); "Recursos Destinados à Assistência Social" (R\$ 129.102,01) e dos "Outros Recursos Vinculados" (R\$ 3.246.610,79), em virtude de integrarem as "Demais Obrigações Financeiras" dos referidos recursos.

JOSÉ RENATO CASAGRANDE
Governador do Estado

MARCELO ALTOÉ
Secretário de Estado da Fazenda

BRUNO PIRES DIAS
Subsecretário do Tesouro Estadual

EDMAR MOREIRA CAMATA
Secretário de Estado de Controle e Transparência

ALAN JOHANSON
Contador Geral do Estado/SEFAZ
CRC ES nº 011212/O-0

Anexo VI da Ordem de Serviço SUBSET nº 05, de 27 de janeiro de 2022

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO - PODER EXECUTIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2021

LRF, art. 48 - Anexo 6

Em R\$

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR ATÉ O QUADRIMESTRE	
Receita Corrente Líquida		18.821.227.339,89
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento		18.796.237.353,89
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal		18.772.686.660,89
DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
Despesa Total com Pessoal - DTP	6.535.667.071,56	34,81%
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 49%	9.198.616.463,84	49,00%
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - 46,55%	8.738.685.640,64	46,55%
Limite de Alerta (inciso II do §1º do art. 59 da LRF) - 44,10%	8.278.754.817,45	44,10%
DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR ATÉ O QUADRIMESTRE DE REFERÊNCIA	% SOBRE A RCL AJUSTADA
Dívida Consolidada Líquida	(153.422.760,22)	-0,82%
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	37.592.474.707,78	200,00%
GARANTIAS DE VALORES	VALOR ATÉ O QUADRIMESTRE DE REFERÊNCIA	% SOBRE A RCL AJUSTADA
Total das Garantias Concedidas	193.108.473,91	1,03%
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	4.135.172.217,86	22,00%
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
Operações de Crédito Internas e Externas	235.240.780,98	1,25%
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	3.007.397.976,62	16,00%
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	-	0,00%
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	1.315.736.614,77	7,00%
RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total	990.068.587,98	5.769.412.093,15

Fonte: SIGEFES - SEFAZ/SUBSET/GECOG/SUFIC

JOSÉ RENATO CASAGRANDE
Governador do Estado

MARCELO ALTOÉ
Secretário de Estado da Fazenda

BRUNO PIRES DIAS
Subsecretário do Tesouro Estadual

EDMAR MOREIRA CAMATA
Secretário de Estado de Controle e Transparência

ALAN JOHANSON
Contador Geral do Estado/SEFAZ
CRC ES nº 011212/O-0